

A URGÊNCIA da REFORMA AGRÁRIA

As entidades que integram e apóiam a Campanha Nacional pela Reforma Agrária, iniciada em abril de 1983, vêm a público denunciar as manobras de distorção e a liquidação do processo de reforma agrária, tanto por parte dos latifundiários como do próprio Governo. Fundamentam esta grave denúncia nos fatos que são relacionados a seguir.

SETOR DE DOCUMENTAÇÃO

08 OUT 1986

Desde a aprovação do Primeiro Plano de Reforma Agrária pelo governo Sarney, em 10/10/85, vem se sucedendo uma série de recuos em relação à proposta inicial, demonstrando que o Governo não tem nem decisão política, nem força para realizar a reforma agrária.

Mas, em relação a que se está retrocedendo? O Plano de Reforma Agrária do governo Sarney pretendia desapropriar 43 milhões de hectares, em 4 anos, para atender a 1 milhão e 400 famílias de agricultores. No entanto, segundo o cadastro do INCRA, existem 416.588.377 hectares de terras em mãos de latifundiários – latifúndio por exploração mais latifúndio por dimensão – ambos passíveis de desapropriação por interesse social, de acordo com o Estatuto da Terra. Conforme cálculos da CONTAG, há 12 milhões de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra.

Este plano visava desapropriar apenas 10,3% do total dessas terras, beneficiando 11,6% das famílias necessitadas. Visto deste ângulo, não era, realmente, um plano de reforma agrária.

Ao invés de eliminar o latifúndio do Brasil, esse plano apenas criaria pequenas ilhas de assentamentos de trabalhadores sem terra dentro do oceano de latifúndios. Não era difícil se prever que o plano estava destinado ao fracasso, pelo fato de que esse espaço, assim como se abre, pode se fechar rapidamente. Em primeiro lugar, por estar rodeado de latifúndios; em segundo, porque a meta é assentar uma quantidade de pessoas menor do que o contingente que migra a cada ano para as cidades. Enquanto o Governo assentasse 1,4 milhões de famílias, num período de 4 anos, 4 milhões estariam deixando a terra por causa da manutenção de estruturas agrárias que continuam expulsando os camponeses da área rural.

Nem esse plano, que atendia apenas 10% da reforma agrária e que, a duras penas, estava sendo defendido pela sociedade civil, foi sustentado.

Após a aprovação do Plano de 10/10/85, o Governo assinou alguns decretos de desapropriações devido a fortes pressões dos trabalhadores sem terra, com seus acampamentos e ocupações, e das entidades representativas dos trabalhadores rurais. Tentava-se, assim, aliviar a tensão social através de algumas desapropriações de emergência. Entretanto, os latifundiários não aceitaram, nem sequer, esse ato mínimo do Governo e intensificaram seus ataques à reforma agrária.

Primeiramente, organizando as UDR's, promovendo abertamente leilões de gado para compra de armamentos e formação de milícias privadas, intensificando os massacres e chacinas de camponeses e financiando campanhas de políticos contra a reforma agrária. Entre janeiro e maio de 1986, quase 100 pessoas foram vítimas da violência dos latifundiários, aumentando o ritmo em relação aos primeiros 4 meses do ano passado, quando 53 pessoas foram assassinadas. Hoje, estamos chegando ao alarmante nível de 1 assassinato por dia. As chacinas e os crimes, como o do Padre Josimo, de trabalhadores rurais, de lideranças e até de crianças, revelam que se trata de uma ação articulada. Dessa ação fazem parte governos estaduais, polícia e juízes, contando com a cumplicidade de alguns membros do Governo Federal.

Frente à iniciativa tomada pelos latifundiários, a maioria do Congresso e das Assembléias Legislativas parece preferir uma atitude de indiferença total.

O executivo, a invés de atacar de frente a onda de criminalidade crescente e impune, acobertada muitas vezes pelas autoridades estaduais, prefere investir contra os trabalhadores rurais e aqueles que apóiam as suas legítimas lutas, tentando remilitarizar a questão agrária. Rotulando de invasão as posses e ocupações pacíficas de terras ociosas, essenciais para a sobrevivência de populações rurais, o Governo não só coloca de lado o princípio da função social da propriedade, como gera, na opinião pública, injusta suspeita sobre o caráter dessas ações.

Essa é também a conclusão do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil que, no 3º Encontro sobre Violência e Direitos Humanos, em Araguaína, afirmou: "Sobressai neste quadro a evidente conivência do Poder Público que, segundo depoimentos, se revela não só na omissão de investigação de crimes, mas também quando os inquéritos policiais e processos judiciais são promovidos contra lavradores, líderes sindicais e membros da Igreja Católica que se posicionam em defesa dos trabalhadores, invertendo contra as vítimas a ação que deveria ser efetuada contra os torturadores, assassinos e seus mandantes, que, no mais das vezes, procuram resguardar propriedades rurais de titulação discutível". Mais grave é a afirmação do Conselho Federal da OAB de que "o Poder Judiciário está, sem qualquer margem de dúvida, absolutamente falido, impossibilitado de cumprir sua missão constitucional".

Na frente institucional, a pressão dos latifundiários conseguiu desmontar os planos regionais de reforma agrária, afetando o principal: **a determinação das áreas prioritárias da reforma agrária**. Assim, a escolha dessas áreas passa à jurisdição das Comissões Regionais. Estas Comissões são formadas por 3 representantes dos trabalhadores rurais, 3 representantes dos proprietários rurais, 1 do sistema de ensino rural, 1 representante dos organismos agrícolas dos governos estaduais e 1 do INCRA. Na medida em que os representantes dos organismos de ensino e do INCRA são nomeados pelo presidente do INCRA, a correlação de forças dependerá do arbítrio do Estado. Nessas Comissões de 9 membros poderá ocorrer que os trabalhadores venham a contar com apenas 3 votos.

O quadro fica mais claro a partir da decisão do presidente Sarney de não mais assinar decretos de desapropriações sem antes passar pelas Comissões Agrárias, deixando também nas mãos dessas Comissões a resolução das situações emergenciais que poderão paralisar totalmente a reforma agrária ou no máximo desapropriar as terras esquecidas ou de pior qualidade de cada estado. Acrescente-se a isto o fato de que o INCRA não recebeu até agora

as verbas solicitadas para realização das desapropriações e assentamentos.

O círculo está praticamente fechado. Frente a esta situação, aumenta a tensão social e a preocupação dos mais de 20 mil acampados que acreditaram nas promessas e compromissos do Governo e que continuam pressionando por terra, vivendo em extrema penúria.

Finalmente o Governo prepara seu "golpe de mestre" contra o que sobrou da reforma agrária. Um governo dentro do governo, a comissão Marco Maciel elaborou um documento chamado "Plano Mestre" que pretende partir da estaca zero, como se nada tivesse acontecido. No entanto, não parte de zero. Na realidade é parte da estratégia que já vem sendo implementada nos gabinetes militar e civil, com o objetivo de manter intocada a estrutura latifundiária. Uma vez eliminados os poucos defensores da reforma agrária, passará a se falar novamente de "Reforma Agrária da Nova República", tentando "desmistificar a imagem de que o Governo não a quer"

No "Plano Mestre", retoma-se o fracassado modelo de colonização privada e dos grandes projetos oficiais, do tempo da ditadura, como alternativa a uma efetiva reestruturação fundiária. Em suma, o recuo levou a reforma agrária não apenas para trás dos insignificantes 10% do Plano. Na realidade, está se voltando à situação dos anos Figueiredo, quando se usava os meios de comunicação para transmitir a falsa imagem da maior reforma agrária do mundo, quando se fazia colonização na região amazônica e muitas das famílias ali assentadas serviram de mão-de-obra barata para os grandes grupos latifundiários nacionais e estrangeiros, ou tiveram de voltar por falta de condições mínimas para trabalhar na terra.

A NOVA COORDENAÇÃO DA CNRA

A reunião das entidades que compõem a Campanha Nacional pela Reforma Agrária realizada em 17 de junho de 1986, em Brasília, criou uma coordenação nacional composta pelos representantes das seguintes entidades: CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; CPT – Comissão Pastoral da Terra; ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária; IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas; CUT – Central Única dos Trabalhadores; CGT – Central Geral dos Trabalhadores.

Também foram convidados a participar da coordenação o Movimento Nacional, os Sem Terra e a União das Nações Indígenas.

A REFORMA AGRÁRIA E A CIDADE

A luta pela reforma agrária não é uma luta isolada e exclusiva dos trabalhadores rurais; o interesse pela redistribuição da terra alcança também a classe trabalhadora da cidade. A falta de alimentos, as miseráveis favelas na periferia das cidades, as famílias desmembradas, os milhões de menores na rua, são só alguns dos problemas que os operários da cidade estão vivendo.

A POLÍTICA INDIGENISTA DA NOVA REPÚBLICA

O mesmo resultado teve a questão da demarcação das terras indígenas. Apesar do prazo firmado pelo Estatuto do Índio, que vencia em 1978, as terras indígenas continuam sem demarcação. Apenas 8,76% delas chegaram ao processo final de homologação. Existem 36 processos que, embora aprovados pelos órgãos competentes, estão engavetados no Ministério do Interior. Neste ano, foram homologadas apenas 6 pequenas áreas indígenas.

Ultimamente, o posicionamento do General Bayma Denys sobre "o critério de razoabilidade", em relação às terras indígenas, tem dado uma luz sobre o impasse neste ponto. O critério de demarcação de terras proposto pelo Conselho de Segurança Nacional não respeita a forma natural e ancestral de ocupação e uso das terras pelas nações indígenas, e implica, na prática, na liquidação do território tradicional, tão fundamental para esses povos. Este mesmo órgão não aceita igualmente áreas indígenas nas regiões de fronteiras. Por isso quer excluir uma faixa de 66,6 km, sob o argumento de que, cedo ou tarde, os povos exigiriam autonomia de suas terras, desmembrando-as do território brasileiro.

Para realizar estes objetivos, o Governo propôs uma nova FUNAI, criando seis superintendências regionais. Diante da situação atual, descentralizar a FUNAI significa reforçar o poder político das oligarquias locais. A ineficácia do sistema judicial na solução dos conflitos locais mostra que a amadilha está bem articulada e tem o apoio do Governo Federal. Nesta Nova República foram assassinados 17 índios e 2 missionários. Cada vez mais o movimento indígena sente as pressões do poder econômico e político.

PROPOSIÇÕES DA CNRA

Diante dessa realidade a Campanha Nacional pela Reforma Agrária vem a público reiterar seu pleno apoio às reivindicações básicas dos trabalhadores rurais, expressas no IV Congresso da CONTAG e no I Congresso dos Sem Terra:

01. Que o governo tome a imediata decisão política de implantação da reforma agrária, anti-latifundiária, ampla, massiva e imediata, com a participação e controle dos trabalhadores rurais e seus órgãos de classe, pondo-se fim ao latifúndio nacional e estrangeiro, com distribuição aos trabalhadores rurais sem terra ou com terra insuficiente, dando prioridade aos que moram na região, de acordo com as necessidades e aspirações dos trabalhadores, e àqueles que foram expulsos e querem voltar à terra;

02. Imediata aplicação do Estatuto da Terra para que seja iniciado o processo de reforma agrária, respeitadas as decisões do IV Congresso Nacional os Trabalhadores Rurais;

03. Desapropriação imediata de todos os latifúndios nas áreas de conflito;

04. Assentamento definitivo e imediato dos posseiros e ocupantes nas terras desapropriadas, ou não, com participação dos trabalhadores rurais diretamente interessados;

05. Que sejam proibidos os despejos, uma vez que o trabalhador dá à terra sua função social;
06. Que seja instituída uma lei que limite o tamanho da propriedade de acordo com a região;
07. Que no caso de constatação de áreas griladas por latifundiários seja processado criminalmente o grileiro e a área seja titulada e entregue imediatamente aos trabalhadores;
08. Desapropriação imediata das grandes propriedades ocupadas por parceiros e arrendatários;
09. Desapropriação das terras das pessoas jurídicas estrangeiras e multinacionais;
10. Fim da política de incentivos e créditos aos grandes projetos agropecuários, manifestamente anti-sociais;
11. Demarcação imediata das terras indígenas, com reassentamento dos posseiros em áreas da mesma região;
12. Elaboração de uma Política Agrícola que favoreça aos pequenos produtores, aos beneficiários da reforma agrária e que promova a produção de alimentos para o mercado interno;
13. Extinção imediata do GETAT;
14. Revisão da Política de Colonização oficial com participação do movimento sindical dos trabalhadores rurais;
15. Suspensão imediata das licitações de terras públicas, da colonização privada e da entrega de terras aos latifundiários nacionais ou estrangeiros;
16. Apuração imediata de todos os crimes contra os trabalhadores rurais com a punição dos assassinos e mandantes.

O TRABALHADOR E A CONSTITUINTE

A nova Constituinte deve estar baseada em princípios que permitam a execução de uma Reforma Agrária que atenda os direitos econômicos e sociais dos trabalhadores rurais sem terra e dos pequenos e médios agricultores.

As propostas levantadas no IV Congresso da CONTAG e no 1º Congresso dos Trabalhadores Sem Terra devem ser asseguradas através da Assembléia Nacional Constituinte. Para isso é fundamental que os trabalhadores votem naqueles candidatos objetivamente comprometidos com a Reforma Agrária.

MOBILIZAÇÃO

Uma Reforma Agrária que atenda às necessidades dos trabalhadores e da sociedade brasileira resultará da mobilização de todas as forças sociais comprometidas com essa luta.

Mobilizar pela Reforma Agrária é uma tarefa urgente e fundamental.

— Brasília, 17 de junho de 1986. — CAMPANHA NACIONAL — CONTAG/CPT/CIMI/ABRA/IBASE/
PELA REFORMA AGRÁRIA Movimento dos Trabalhadores
Sem Terra/CUT/CGT/INESC/FASE/
Pastoral Operária/Diocese de Goiás.